

ATE III Transmissora de Energia S.A.

CNPJ nº 07.002.685/0001-54

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para

fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria

obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Jônatas José Medeiros de Barcelos
Contador
CRC nº 1 RJ 093376/O-3

Id: 2018452

Delphos		DELPHOS SERVIÇOS TÉCNICOS S/A	
		CNPJ/MF nº 33.697.723/0001-40	
RELATÓRIO DA DIRETORIA. Senhores acionistas: Em decorrência da rescisão de um contrato em 2015, o custo de desmobilização comprometeu o resultado de 2016. Nesse ano, promovemos uma ação contra uma das maiores seguradoras brasileiras, para reparação das perdas sofridas. O valor da causa supera R\$ 170 milhões, sendo certo que grande parte dessa importância será ganha em juízo. Por isso, mesmo que o resultado de 2016 não seja expressivo, o ganho futuro será compensador. Agradecemos o apoio de todos os que trabalham na empresa por termos superado os problemas causados por essa rescisão contratual. Agradecemos ainda aos acionistas pela confiança depositada na administração. Sds, Eduardo Menezes			
Balancos Patrimoniais Em 31/12/2016 e 2015 (Em reais)		Demonstração dos Resultados Exercícios Findos em 31/12/2016 e 2015 (Em reais)	
	Nota	2016	2015
Ativo		24.795.212	26.543.664
Circulante		17.234.228	16.107.635
Banco conta movimento	3	3.357.319	8.665.770
Clientes	4	11.662.623	5.532.142
Impostos a recuperar	5	1.736.242	1.432.204
Adiantamentos		463.020	459.469
Despesas antecipadas		15.024	18.050
Não circulante		7.560.984	10.436.029
Realizáveis a longo prazo			
Depósitos judiciais	6	1.546.000	914.954
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	845.935
Investimentos em coligadas e controladas	7	771.514	2.188.014
Imobilizado	8	1.781.295	2.632.389
Intangível	9	3.462.175	3.854.737
Passivo		24.795.212	26.543.664
Circulante		2.604.162	3.826.683
Salários e encargos		777.294	1.198.360
Provisão para férias		870.145	1.160.141
Impostos e contribuições a recolher	10	535.374	747.412
Contas a pagar		421.349	720.770
Não circulante			
Provisão para contingências	11	1.039.355	804.250
Patrimônio líquido		21.151.695	21.912.731
Capital social		20.900.000	20.900.000
Reserva legal		96.004	661.603
Retenção de lucros		2.547	-
Dividendos propostos		153.144	351.128
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Em 31/12/2016 e 2015 (Em reais)			
	Capital social	Reserva legal	Dividendos adicional proposto
Saldos em 31/12/2014	19.000.000	572.547	3.198.999
Reversão dividendos			(1.900.000)
Aumento de capital, conforme AGO 23/04/2015	1.900.000		
Dividendos pagos do exercício de 2014			(1.280.000)
Lucro líquido do exercício			1.781.127
Reserva legal		89.056	(89.056)
Juros sobre capital próprio			(1.359.942)
Dividendos adicional proposto			332.129
Saldos em 31/12/2015	20.900.000	661.603	351.128
Constituição de reserva de lucro-conforme AGO 20/04/2016		(572.547)	572.547
Pagamento de dividendos liberado na AGO 20/04/2016			(330.000)
Lucro líquido do exercício			138.964
Constituição de reserva legal		6.948	(6.948)
Proposta para distribuição de dividendos			132.016
Saldos em 31/12/2016	20.900.000	96.004	2.547
Notas Explicativas as Demonstrações Contábeis (Em reais)			
1. Contexto Operacional. A Delphos Serviços Técnicos S.A. é uma empresa de direito privado em forma de S.A. de capital fechado, constituída em 10/05/1967, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, RJ e tem como objetivo a prestação de serviços técnicos, por conta própria ou de terceiros, nas áreas de informática e gestão de processos, podendo ainda participar no capital de outras Cia. nacionais ou estrangeiras como acionista ou quotista. 2. Apresentação das Demonstrações e Principais Práticas Contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. Em reunião de diretoria realizada em 17/02/17, foi autorizada a conclusão das presentes demonstrações contábeis, estando aprovadas para divulgação. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente com as demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/15. a) Estimativas. A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e Passivos significativos, sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem o valor residual do ativo imobilizado e os saldos das contas de clientes, de contas a pagar e demais obrigações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Entretanto, a Cia. revisa anualmente suas estimativas e premissas contábeis. b) Aplicações financeiras. Estão demonstradas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. c) Clientes. São avaliados pelos montantes originais das vendas de serviços, deduzidas da respectiva perda estimada de crédito de liquidação duvidosa. A perda estimada de crédito de liquidação duvidosa é estabelecida quando uma Nota Fiscal completa 180 dias sem o seu pagamento, após cobrança exaustiva da mesma. d) Impostos a recuperar. Os impostos a recuperar são representados por retenções na fonte de IR e contribuição social, sobre os recebimentos de Clientes, e IR sobre aplicação financeira os quais serão compensados com os respectivos valores a recolher de IR e contribuição social. e) Investimentos em coligadas e controladas. Os investimentos em Cia. coligadas e controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. f) Ativo imobilizado e intangível. O imobilizado está apresentado pelo custo de aquisição. A depreciação do imobilizado é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens. A Cia. não efetuou a revisão dos prazos de vida útil do seu ativo imobilizado e do seu ativo intangível, por considerar não ser relevante. O intangível está representado por Softwares desenvolvidos internamente, contabilizados pelo custo original e por Programas de Computador, adquiridos no mercado, que estão contabilizados pelo custo de aquisição, menos amortização. A amortização foi calculada pelo método linear com base na estimativa de vida útil econômica dos bens. Em atendimento ao Pronunciamento Técnico, que dispõe sobre a avaliação periódica da recuperabilidade de todas as contas componentes do ativo imobilizado e intangível, a Administração da Cia. entende que os valores registrados em 31/12/16, não apresentam ajustes relevantes. g) Provisões para contingência. Constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Cia. para fazer face à cobertura de eventuais perdas, sendo atualizada até as datas dos balanços, observada a natureza de			
3. Disponibilidades			
	2016	2015	
Bancos conta movimento	6.983	74.734	
Aplicações financeiras	3.350.336	8.591.036	
	3.357.319	8.665.770	
Os saldos de bancos são disponíveis em contas bancárias no Brasil. As aplicações financeiras referem-se substancialmente a aplicações em Fundo FIC Referenciado DIPLUS. Essas aplicações têm liquidez imediata e seus valores de mercado não diferem dos valores contabilizados.			
4. Clientes			
	2016	2015	
Clientes	14.274.993	7.204.930	
Notas promissórias a receber		839.521	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.612.370)	(2.512.309)	
	11.662.623	5.532.142	
Parte do saldo da conta clientes refere-se a serviços prestados que tem prazo de pagamento condicionado a aprovação de terceiros, motivo pelo qual o pagamento pode demorar até 90 dias da data da cobrança.			
5. Impostos a Recuperar			
	2016	2015	
INSS a recuperar	318.449	279.274	
IRRF S/Aplicações financeiras	82.762	209.619	
CSLL Lei nº 10.833/03	216.462	352.983	
IRRF sobre Serviços	1.006.225	590.328	
Precatório IPTU	112.344	-	
	1.736.242	1.432.204	
6. Depósitos Judiciais			
	2016	2015	
Depósitos judiciais fiscais	531.071	492.106	
Depósitos judiciais trabalhista/civil	1.014.929	422.848	
	1.546.000	914.954	
Depósitos judiciais são decorrentes de ações de natureza fiscal, trabalhista e civil.			
7. Investimento em Coligadas e Controladas			
	Patrimônio líquido	Equivalência patrimonial	% Participação
	2016	2015	
Delphos Investimentos Ltda. (1)	59.749	(426.679)	-
Controlauto Serviços Seg. Autom. Brasileira S.A. (2)	1.928.285	210.468	40,00%
	1.988.034	(216.211)	-
	771.514	2.188.014	
Os detalhes e informações mais relevantes sobre as participações societárias em empresas controladas e coligadas são apresentados a seguir.			
	(1)	(2)	
Saldo em 31/12/15	1.626.969	561.045	
Venda de quotas	(1.200.290)	-	
Equivalência patrimonial	(426.679)	210.469	
Saldo em 31/12/16	-	771.514	
Administração, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis. A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cia. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cia. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Cia. são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.			
Demonstração dos Fluxos de Caixa Exercícios Findos em 31/12/2016 e 2015 (Em reais)			
	2016	2015	
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(5.044.077)	3.332.739	
Caixa gerado pelas atividades operacionais	138.965	1.781.127	
Lucro líquido do exercício			
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Equivalência patrimonial	216.210	1.409.335	
Depreciação e amortização	1.808.318	1.446.615	
Variações nos ativos e passivos			
Clientes	(6.130.480)	(198.648)	
Impostos a recuperar	(304.038)	(910.750)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	845.935	-	
Adiantamentos	(3.551)	156.818	
Despesas antecipadas	3.026	(15.222)	
Depósitos judiciais	(631.046)	(140.403)	
Salários e encargos sociais	(421.066)	(89.335)	
Impostos e contribuições a recolher	(212.038)	(34.291)	
Provisão para férias	(289.996)	(82.668)	
Outras contas a pagar	(299.421)	83.356	
Provisão para contingências	235.105	(73.195)	
Fluxos de Caixa das atividades de investimento	635.626	(3.925.877)	
Aquisição imobilizado	(23.771)	(1.296.343)	
Aquisição intangível	(579.551)	(3.307.101)	
Baixa investimento	1.200.290	613.647	
Baixa imobilizado	38.658	63.920	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(900.000)	(2.639.942)	
Juros sobre capital próprio	-	(1.359.942)	
Dividendos pagos	(900.000)	(1.280.000)	
Aumento (redução) no caixa e equivalente de caixa	(5.308.451)	(3.233.080)	
Caixa e equivalente de caixa:			
No início do exercício	8.665.770	11.898.850	
No final do exercício	3.357.319	8.665.770	
Aumento (redução) no caixa e equivalente de caixa	(5.308.451)	(3.233.080)	
8. Imobilizado			
	Taxa anual de depreciação	2016	2015
		Custo	Depreciação acumulada
		Líquido	Líquido
Processamento de dados	20%	2.762.390	(2.230.233)
Móveis, máquinas e utensílios	10%	1.036.966	(437.197)
Veículos	20%	590.106	(275.123)
Benefitória em imóveis de terceiros	4%	1.957.186	(1.622.800)
		6.346.648	(4.565.353)
		1.781.295	2.632.389
9. Intangível			
	Taxa anual de amortização	2016	2015
		Custo	Amortização acumulada
		Líquido	Líquido
Software próprio	20%	8.513.773	(6.975.856)
Software adquiridos de terceiros	20%	3.159.474	(1.235.216)
		11.673.247	(8.211.072)
		3.462.175	3.854.737
10. Impostos e Contribuições a Recolher			
		2016	2015
ISS a pagar		235.928	417.506
Confins a pagar		159.605	211.375
PIS sobre faturamento		108.018	79.573
Outros		23.379	10.869
		8.444	28.089
		535.374	747.412
11. Provisão para Contingência. Em 31/12/16 foi provisionado o montante de R\$ 1.039.355 (R\$ 804.250 em 2015), o qual, conforme a Administração, baseada na opinião e nas estimativas de seus advogados e consultores legais é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento. Os registros contábeis e as operações estão sujeitos ao exame pelas autoridades fiscais e as eventuais notificações para o recolhimento de adicionais de impostos, taxas e contribuições, durante os prazos prescricionais variáveis, consoante com a legislação específica aplicável a cada espécie de tributo. 12. IR e Contribuição Social Diferido. A Cia. possui prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social a serem compensados com lucros tributáveis futuros, de acordo com os limites estabelecidos pela legislação tributária de IR no valor de R\$ 787.566 (R\$ 1.349.257 em 2015) e contribuição social no valor de R\$ 2.480.575 (R\$ 3.034.521 em 2015). 13. Patrimônio Líquido. Capital Social. O capital social, em 31/12/16, é de R\$ 20.900.000 e está representado por 20.900.000 ações ON, sem valor nominal, de titularidade de pessoas residentes e domiciliadas no País. Reserva Legal. É constituída em conformidade com a Lei das Cia. Anônimas, em base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. Dividendos. Será garantido aos acionistas os dividendos mínimos de 30%, calculados sobre o lucro líquido do exercício, conforme Estatuto da Cia., em vigor, que foi alter			